

PRINCIPAIS LINHAS DE CRÉDITO

Designação	Destinatário	Base Legal	Regulamentação	Finalidade	TRCB		Bonificação	Entidade Mutuante
					Base Legal	Valor Máximo		
Habitação Própria Permanente	Famílias	Decreto-Lei nº 349/98, de 11-11 (alterado pelo Decreto-Lei nº 137-B/99, de 22-04 e pelo Decreto-Lei nº 320/00, de 15-12) (O acesso a este regime encontra-se actualmente vedado nos termos do artº 7º da Lei nº 32-B/2002, de 30-12 (OE 2003)	Portaria nº 1177/00, de 15-12, republicada pela Portaria nº 310/2008, de 15-12	Aquisição, construção, realização de obras de conservação ordinária e extraordinária e de beneficiação de habitação própria permanente, secundária ou de arrendamento.	Decreto-Lei nº 349/98, de 11-11, artº 27º e nº 10 da Portaria 1177, de 15-12	1,964% (Aviso nº 10991/2009, de 02-06)	Variável	Todas as IC
			Portaria nº 384/2009, de 9-04	Adapta a taxa de referência para o cálculo das bonificações, prevista no Decreto-Lei 349/98, às situações em que um dos titulares do empréstimo se encontre desempregado e estabelece a possibilidade de reenquadramento numa classe de bonificação mais favorável.		2,964% (Aviso nº 10991/2009, de 02-06)		
Habitação a Custos Controlados	Municípios suas Associações e Empresas Municipais ou Intermunicipais	Decreto-Lei nº 110/85, de 17-04 (complementado pelo Decreto-Lei nº 150-A/91, de 22-04)	Portaria nº 1149/2001, de 29-09	Aquisição e construção, no âmbito de programas de reabilitação urbana ou de CDH, de habitações destinadas ao arrendamento.	Decreto-Lei nº 359/89, de 18-10 e Portaria nº 502/2003, de 26-06	4,5%	60% da TRCB	Todas as IC e IHRU
	Municípios suas Associações e Empresas Municipais/ Intermunicipais e agregados familiares carenciados	Decreto-Lei nº 135/2004, de 03-06 (alterado pelo Decreto-Lei nº 54/2007, de 12-03)		Resolução de situações de grave carência habitacional de agregados familiares no território nacional e Requalificação de bairros sociais degradados.			2/3 da TRCB	
	PER- Lisboa e Porto - Municípios das Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto e IPSS	Decreto-Lei nº 163/93, de 07-05 (alterado pelo Decreto-Lei nº 93/95, de 09-05 e pela Lei nº 34/96, de 29-08)		Programa Especial de Realojamento nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto.			75% da TRCB	
Crédito à Habitação para Deficientes	Deficientes	Decreto-Lei nº 98/86, de 17-05 Decreto-Lei nº 43/76, de 20-01 Decreto-Lei nº 230/80, de 16-07	ACTV	Aquisição e construção de habitação própria permanente.	Decreto-Lei nº 359/89, de 18-10 e Portaria nº 502/2003, de 26-06	4,5%	TRCB menos 65% da Taxa do BCE	Todas as IC
Educação	Municípios, IPSS, cooperativas e Privados	Decreto-Lei nº 89-A/98, de 07-04	Protocolo celebrado a 07-04-98	Aquisição, construção, remodelação de instalações para funcionamento de estabelecimentos de educação pré-escolar, das redes pública e privada.	Decreto-Lei nº 359/89, de 18-10 e Portaria nº 502/2003, de 26-06	4,5%	30% da TRCB	CGD
Intempéries 2000/2001	Municípios/Famílias	Decreto-Lei nº 38-C/01, de 08-02	Circular emitida pela DGT, em 20-4-2001, divulgadora de instruções às I.C's	Reparação dos danos provocados pelas intempéries do Inverno de 2000/2001 em equipamentos e infraestruturas municipais de relevante interesse público e em habitações próprias.	Decreto-Lei nº 359/89, de 18-10 e Portaria nº 502/2003, de 26-06	4,5%	50% da TRCB com o limite de 4%	Todas as IC
Euro 2004	Clubes Promotores do Euro 2004	Decreto-Lei nº 284/2001, de 26-10	Portaria nº 535/2002, de 27-05	Construção e recuperação de estádios que integram a fase final do Euro 2004.	---	---	até 3% da taxa de juro da IC, suportando o mutuário pelo menos 1%	Todas as IC
FEARC/FRRC	Municípios de Lisboa	Decreto-Lei nº 321/2002, de 31-12	---	Cria o Fundo Extraordinário de Ajuda à Reconstrução do Chiado (FRRC).	-	-	Variável	Todas as IC
Incêndios	Municípios	Decreto-Lei nº 211/2003, de 17-09	---	Reparação dos danos provocados pelos incêndios ocorridos desde 20 de Julho de 2003 em equipamentos e infra-estruturas municipais de relevante interesse público.	Decreto-Lei nº 359/89, de 18-10 e Portaria nº 502/2003, de 26-06	4,5%	100% da TRCB	-